

“OS VENTOS DO NORTE NÃO MOVEM MOINHOS”: a contribuição do pensar decolonial para uma pedagogia queer

CELIO SILVA MEIRA
Secretaria de Educação do Estado da Bahia- SEC
Secretaria Municipal de Educação de Poções- Ba- SMEP
Pesquisador-Colaborador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais -NuQueer, da UFRPE

Resumo:

A educação escola brasileira, da forma como está arquitetada, carrega a herança de nosso passado colonial, que impôs a cultura e o conhecimento de povos dominantes a identidades que se expressavam de forma distinta e, por isso, não eram reconhecidos como legítimos. Sob essa perspectiva, a atuação da escola muitas vezes resultou na destruição de culturas e saberes; revelando a violência dessa instituição. Objetivamos neste texto, uma reflexão crítica acerca do modelo educacional que está posto, e, apresentamos a contribuição de um pensamento pautado na decolonialidade a partir das contribuições de pensadores latino-americanos, que denunciam tal realidade e propõe, como forma de ruptura, uma educação para a liberdade. Apontando para uma perspectiva decolonial, que se encontra com a educação como prática da liberdade, revelando que outra educação é possível. Dentre as provocações, propomos uma reflexão sobre a pedagogia decolonial queer, a fim de repensar nossas práticas no chão da escola que ainda são pautadas na exclusão, na abjetificação¹, sobretudo dos corpos que borram as normas canônicas de gêneros e sexualidades. Questionar nossos próprios comportamentos e nossas próprias convicções é sempre muito mobilizador, para que resulte em alguma transformação, tal disposição precisa ser acompanhada da decisão de buscar informações, discutir e trocar ideias, ouvir aqueles e aquelas que, historicamente e socialmente foram instituídos como ‘outros’.

Palavras-chave: Decolonialidade. Pedagogia da desobediência. Teoria queer.

Abstract:

Brazilian school education, as it is designed, carries the legacy of our colonial past, which imposed the culture and knowledge of dominant peoples on identities that were expressed differently and, therefore, were not recognized as legitimate. From this perspective, the school's actions often resulted in the destruction of cultures and knowledge; revealing the violence of this institution. In this text, we aim to provide a critical reflection on the educational model that is in place, and we present the contribution of a thought based on decoloniality based on the contributions of Latin American thinkers, who denounce this reality and propose, as a form of rupture, an education for freedom. Pointing to a decolonial perspective, which meets education as a practice of freedom, revealing that another education is possible. Among the provocations, we propose a reflection on queer decolonial pedagogy, in order to rethink our practices on the school floor that are still based on exclusion, abjectification, especially of bodies that blur the canonical norms of genders and sexualities. Questioning our own behaviors and our own convictions is always very mobilizing, for it to result in some transformation, such willingness needs to be accompanied by the decision to seek information, discuss and exchange ideas, listen to those who, historically and socially, have been established as 'others'.

Keywords: Decoloniality. Pedagogy of disobedience. Queer theory

¹ Corpos designados como masculino, mas não atinge o ideal de masculinidade que lhe foi designado e que lhe é invocado. Esses corpos não serão reconhecidos como sujeitos. Os anormais que servirão de referência negativa para a normalidade (BUTLER, 2015)

Introdução:

Parte do título que abre essa seção é um verso da canção “Sangue latino”, escrita por João Ricardo e Paulinho Mendonça, lançada no primeiro álbum do grupo musical Secos & Molhados, em 1973, que ficou muito conhecida na voz do intérprete Ney Matogrosso. A letra dessa música nos serve como metáfora para o que agora vamos ver, um necessário giro decolonial.

Em outras palavras, significa basicamente um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico à lógica da modernidade/colonialidade e, portanto, de rompimento com projetos globais euronortecêntricos² e a implementação de processos de refundação, afinal, “quebrar a lança” (10º verso da canção) significa romper com a coroa portuguesa e com tudo o que ela representa: a dominação, a colonização, a cultura escravocrata. E a retomar a consciência de que a cultura euronortecêntrica não move mais os moinhos latino americanos.

Esse cenário é a porta que abrimos aqui para falar sobre desaprendizagens (THÜRLER, 2018) e lançar o desafio de pensar e repensar a dinâmica das relações culturais na contemporaneidade e propor um debate que nos leva a refletir sobre a refundação de uma sociedade possível na perspectiva de um pensamento fronteiriço-queer, um debate produtivo para entender os efeitos da colonialidade do saber e os caminhos possíveis traçados por muitos/as pesquisadores/as no diálogo com saberes outros, de mundos e conhecimentos de outro modo.

Diante do exposto, a escola é, certamente, uma instituição privilegiada no que diz respeito à centralidade que ocupa em nossa sociedade. É esse o espaço que, segundo a legislação brasileira, todas as crianças, jovens e também adultos, de Norte a Sul do país, devem frequentar diariamente (BRASIL, 2013).

A nossa escola, como ela foi pensada e estrutura, ainda carrega fortemente a herança do nosso passado colonial, que impôs a cultura e o conhecimento de povos dominantes a outros povos e culturas que se expressavam de forma bastante distinta e, por isso, não eram reconhecidos como legítimos. Com isso, acabou hierarquizando e invisibilizando conhecimentos e sujeitos, sob o manto da meritocracia.

² A expressão significa o Norte Global, formado pelos países tidos como desenvolvidos economicamente, culturalmente, na sua maioria localizados geograficamente no continente Europeu, que ocupam o centro do poder mundial. (THURLER, 2018, p.34 – **grifos do autor**).

Mas esse processo de deslegitimação de “outros” saberes, para além do europeu, feito pela escola, sofreu resistências de coletivos que se sentiam excluídos desse processo, bem como denúncias de educadores, como Paulo Freire, que, com sua obra *Pedagogia do Oprimido* (2005), revelou a violência de uma educação bancária que “coisificava” sujeitos e anulava sua voz e seu saber.

Na mesma esteira do pensamento freiriano, Aníbal Quijano, dentre outros intelectuais latino-americanos denunciavam a colonialidade do poder, do saber e do ser, revelando que o “fim do período colonial na América Latina não significou o fim do colonialismo, já que seus traços persistiram ao tempo, chegando até os dias de hoje” (QUIJANO, 2005, p. 120). A essa persistência da cultura de dominação, o supracitado autor denomina de “colonialidade”. Ambos não só denunciam essa realidade de opressão, como propõem uma ruptura/quebra com tal modelo, através de práticas decoloniais, nas palavras de Quijano, ou práticas libertadoras, na visão freireana.

Por uma pedagogia da desobediência

Quando pensamos na escrita deste texto, intitulado “os ventos do Norte não movem moinhos”, nós também pensamos em uma pedagogia da desobediência, e, questionamos, o que é uma pedagogia da desobediência? O que significa desobedecer dentro do universo da educação? Que proposta pedagogia é essa? Quando você pesquisa o significado do termo desobediência, é muito claro sua definição: “Quando alguém é desobediente, significa que não está seguindo as regras propostas.” (FERREIRA, 2004, 165). E mais, como um movimento que se remete ao desobedecer a regras, pode se articular com a Educação, que tradicionalmente é o espaço da normalização e do ajustamento? Como uma teoria não-propositiva pode 'falar' a um campo que vive de projetos e de programas, de intenções, objetivos e planos de ação? Qual o espaço, nesse campo usualmente voltado ao disciplinamento dos corpos há para a transgressão e para a contestação? Como romper com binarismos e pensar as sexualidades, os gêneros e os corpos de uma forma plural, múltipla e cambiante? Como traduzir essa pedagogia do desobedecer para a prática pedagógica? É desafiador e não há uma receita pronta. Há frestas por onde vislumbramos alguns caminhos, alguns faróis de possibilidades. Richard Miskolci nos questiona quando:

O ensino escolar participa e é um dos principais instrumentos de normalização, uma verdadeira tecnologia de criar pessoas “normais”, leia-se, disciplinadas, controladas e compulsoriamente levadas a serem como a sociedade as quer. Em outras palavras, a escola pune e persegue aqueles e aquelas que escapam ao controle, marca-os como estranhos, “anormais”, “indesejáveis” (MISKOLCI, 2016, p. 18-19).

Uma pedagogia pautada na desobediência, numa política queer³, que estranha as normas dominantes de poder, nos permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação. Ainda segundo Miskolci:

A proposta queer é pensar a sexualidade e outras diferenças, como culturais e políticas, como parte da vida cotidiana, e não afetando as pessoas apenas como assunto de saúde pública. Esse tipo de educação sexual baseada no intuito de orientar sexualmente acaba também gerando a tendência a reforçar o pressuposto de que falar de sexualidade é falar do biológico ou de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (MISKOLCI, 2016, p. 19).

De uma forma geral, a proposta pedagógica decolonial queer se associa a um certo movimento contemporâneo na arena educacional, buscando repensar a sua forma de atuação e o seu papel social. Uma pedagogia queer se alinha a uma questão que passou a ocupar a mente de educadores e educadoras: como transformar a educação escolar, algo que já foi e ainda continua um dos aparatos estatais de controle do disciplinamento das pessoas, em algo mais sintonizado com a sociedade civil, com as demandas de reavaliação não só dos meios de educar, mas também dos seus objetivos? Uma questão que se desdobra em muitas outras, como: A gente vai educar para quê? Qual forma de educar pode transformar as normas e convenções culturais, flexibilizá-las ao invés de impô-las ferreamente a às custas da humilhação de alguns ou do sofrimento de todes?

Comungando do pensamento de autores decoloniais, como os já citados, é que alguns caminhos vêm sendo trilhados com muita resistência, por movimentos sociais e por pessoas, profissionais dos mais diferentes lugares e áreas, sensíveis à essas questões que não se submetem ao lugar de subalternidade a eles destinados, demonstrando, com suas práticas insurgentes, que outro mundo é possível de ser construído.

Quando se propõe desobedecer às pedagogias, estamos propondo quebrar as amarras que ainda hoje, em pleno século 21 nos une a um modelo de educação formal, sob a retórica do universalismo e da objetividade, difundindo saberes e narrativas derivadas do Norte Global, que impossibilita a emergência e/ou a visibilização de conhecimentos outros.

³ O que hoje chamamos de queer, em termos tanto políticos quanto teóricos, surgiu como um impulso crítico em relação à ordem sexual contemporânea, possivelmente associado à contracultura e às demandas daqueles que, na década de 1960, eram chamados de novos movimentos sociais. Vale lembrar que queer é um xingamento, é um palavrão em inglês. (MISKOLCI, 2016, p. 21)

Assim, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a escola é aberta e oferecida para todos, todas e todes ela também cumpre um papel de homogeneizar e padronizar conhecimentos, valores, culturas, desejos, economias e espaços.

Coadunando nosso pensamento com a professora e pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira:

Por detrás do projeto de uma escola pública igual para todos, como atestam os documentos oficiais do estado. Não há, nesse modelo de educação, espaço para a defesa do direito à diferença, ao contrário, neste projeto nefando, é perceptível uma imposição cultural, através da naturalização de um determinado perfil de grupo social: homem, branco, cis, com passibilidade heterossexual, jovem e de classe média, etc (OLIVEIRA, 2017, p.69).

Ainda segunda a autora:

A escola também não escapa às ações do poder e funciona como uma peça de uma engrenagem maior a que Foucault denominou sociedade disciplinar. Dessa forma, a escola, então, participa da produção de indivíduos disciplinares pela aplicação dos exercícios de poder. Como ele está em toda parte, se exerce como uma multiplicidade de relações de força. Assim, nada nem ninguém está livre do poder (OLIVEIRA, 2017, p. 70).

Com isso, revela a dimensão colonial da educação institucionalizada, verificamos, assim, as consequências causadas por este modelo: a exclusão e a discriminação dos grupos sociais que não coincidam com o referido padrão, e assim, a perda do direito desses coletivos a uma educação que vá ao encontro de seus interesses e necessidades.

1063

Dessa forma, a escola, como está estruturada, acolhe e inclui estudantes oriundos das camadas populares, crianças e jovens negros, indígenas, camponeses, população LGBTQ+, moradores de ocupações urbanas numa proposta de educa-los, de salvá-los, de aculturá-los, de civiliza-los. E, ao mesmo tempo, ao submetê-los a uma cultura que não dialoga com suas experiências e realidades, ao obrigá-los a seguir padrões de racionalidade que não os seus, os leva ao fracasso a à exclusão dentro da própria escola.

Quando falamos em pedagogias desobedientes, estamos falando também em metodologias, que estas sejam produzidas em contextos de lutas, como nos afirma a Catherine Walsh, “práticas pedagógicas orientadas por posturas, posicionamentos, resistência, transgressão. Práticas insurgentes que venham fraturar a modernidade/colonialidade, tornando possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir e viver-com”. (2013, p. 203).

Uma pedagogia desobediente/decolonial que promova o reconhecimento dos sujeitos individuais ou coletivos, silenciados para além dos discursos produzidos sobre eles, ou seja, a partir de suas próprias narrativas e culturas, bem como a afirmação do direito à diferença, de modo que seja ela, e não a homogeneização, a matriz orientadora das práticas pedagógicas.

Tensionando assim, seus currículos padronizadores, suas práticas hierarquizadas, sua disciplina autoritária. Recolocando o debate da humanização das práticas e propondo novas formas de construir a instituição escolar, como espaço de cultura viva ligada ao território e controlado pelos sujeitos que dela fazem parte.

Em uma pedagogia da desobediência, ela é movida pela força do coletivo, não aceitando o lugar da subordinação a nós destinados historicamente, ocupar espaços públicos, construir uma outra narrativa, libertadora, emancipatória, decolonial. Nesses contextos, portanto, a história única contada sob a ótica dos dominadores vai perdendo espaço para as múltiplas histórias de resistências. E por falar em resistência, alguns nomes são para nós, como farol, ancestrais, que nos inspiraram e continuam inspirando nessa luta por uma sociedade mais equânime: desde Xica Manicongo, Madame Satã, Cintura Fina, Geruza (primeira travesti, mãe de santo a dar a cara pra bater em Poções), Zé do Ipanema (uma bixa ancestral que ensinou a nós a reivindicar e botar a boca no trombone para não ser engolida pelo sistema).

A Luma Nogueira da Andrade (travesti pioneira na conquista do título de Doutora em Educação no Brasil), a Meg Rayara Gomes de Oliveira (também a primeira travesti negra a conquistar o título doutora em educação neste país), Sara Wagner York, Thiffany Odara, mulher trans, pesquisadora e Yalorixá, Letícia Carolina, Jaqueline Gomes de Jesus, o autor desse texto, e tantos outros, outras e outres, Brasil afora, que contribuem com seus conhecimentos à promover uma desobediência pedagógica como forma de protesto contra injustiças sociais e políticas. Acreditando na importância de desafiar as normas e regras estabelecidas quando elas são consideradas opressivas ou prejudiciais.

A pedagogia da desobediência, decolonial, quer incentiva os indivíduos a questionarem autoridades e estruturas de poder, a se manifestarem publicamente em favor de causas sociais e a resistirem às injustiças através de ações de desobediência civil não violenta. Nesse sentido, busca-se ensinar aos estudantes valores de justiça, igualdade e solidariedade, bem como habilidades de pensamento crítico e engajamento cívico.

É importante ressaltar que a pedagogia da desobediência não promove a desobediência por si só, mas sim a desobediência fundamentada em princípios éticos e em uma busca por transformações sociais positivas, inclusiva e autônoma, que promova a reflexão, a autonomia e a criatividade dos estudantes, e que desafie as normas e estruturas de poder presentes na sociedade. Dando voz às vozes marginalizadas e desafiando as estruturas de poder presentes na educação e na sociedade em geral.

A pedagogia da desobediência trabalha na promoção da conscientização e na educação para a igualdade e diversidade, criando espaços de diálogos, reflexão e recepção de informações adequadas sobre a diversidade sexual e de gênero.

Luma Nogueira de Andrade, já citada neste texto, como a primeira travesti a conquistar o título de doutora neste país, nos chama atenção para:

As juventudes do século XXI já não suportam essa política de soberania e de adestramento, não aceitam mais o encarceramento da sala de aula, de um muro ou de uma grade. Há jovens que pulam, literalmente, o muro, que não suportam e escola. Essas “maneiras de fazer”, que também podemos chamar de táticas de sobrevivência, são táticas de antidisciplina e de resistência usadas por cada um dos alunos para burlar “gramáticas”, “cartografias” e “etiquetas” da escola (ANDRADE, 2015, p. 290 - 291).

Uma pedagogia queer

Para Meira e Amorim (2020), a teoria tem por objetivo representar a diferença que ao longo dos anos, foi alvo de intolerância e preconceito, portanto, sua forma de ação é ser transgressora e perturbadora da ordem socialmente imposta. Ordem que é marcada pela homofobia que se desdobra nas mais variadas formas de violência contra minorias sexuais, como também, pelo reflexo da falta do exercício de direitos individuais, do direito a diferença, a diversidade.

A pedagogia queer é uma abordagem educacional que questiona as normas de gênero e sexualidade presentes na sociedade. Ela busca desafiar a tradicional divisão binária entre masculino e feminino e promover uma maior diversidade e inclusão no ambiente educacional, reconhecendo que a identidade de gênero e a orientação sexual são construídas socialmente e que as normas dominantes muitas vezes marginalizam e excluem pessoas LGBTQIA+. Ela propõe uma educação que reconheça e respeite a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais, promovendo o respeito, a igualdade e a aceitação.

Essa abordagem educacional busca criar espaços de diálogo e reflexão sobre as questões de gênero e sexualidade, promovendo a desconstrução de estereótipos e preconceitos. Ela também incentiva a inclusão de temas relacionados à diversidade de gênero e sexualidade nos currículos escolares, com o objetivo de empoderar e proporcionar uma experiência educacional mais inclusiva para todas as pessoas.

Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normatização e a estabilidade propostas pela política de igualdade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (LOURO, 2001, p. 541-553).

Para Richard Miskolci (2016), a proposta queer é muito mais fazer um diálogo com aqueles e aquelas que normalmente são desqualificados do processo educacional e também do resto da experiência de vida na sociedade, e é esse diálogo que pode se tornar a própria educação, mudando o papel da escola. Não é pouca coisa, é realmente ambicioso, um desafio a ser encarado e acompanhado em tudo que tem de promissor e incerto.

Vale ressaltar que, a pedagogia queer é uma abordagem educacional centrada na promoção da diversidade, da igualdade de gênero e da inclusão de diferentes identidades. Trazer todos esses debates para o chão da escola, é uma tarefa desafiadora, tanto para nós professores, coordenadores, quanto para o próprio corpo administrativo, no caso em questão, direção escolar. O primeiro desafio encontrado segundo (Ramires, 2011) é a desconstrução de estereótipos de gênero: a escola pode analisar os estereótipos de gênero presentes nos materiais didáticos, nas atividades curriculares e nas interações diárias entre alunos e professores. É importante oferecer exemplos e histórias que vão além dos modelos tradicionais de gênero, a fim de mostrar que a diversidade de identidades é válida.

Segundo desafio para (Seffner, 2011), sensibilização sobre identidades de gênero e orientação sexual: Os professores e funcionários devem receber treinamento ou capacitação para entender as diferentes identidades de gênero e as diversas orientações sexuais. Essa sensibilização permitirá que eles sejam aliados e evitem uma postura discriminatória.

Terceiro desafio na concepção de (Louro, 2014), inclusão de conteúdos LGBTQIA+ no currículo: A escola pode incluir temas relacionados à comunidade LGBTQIA+ em diferentes disciplinas, como história, literatura, ciências sociais, entre outras. Isso ajudará a promover um ambiente inclusivo e a combater a invisibilização dessa comunidade.

Criação de espaços seguros e acolhedores: quarto desafio na concepção de (Odara, 2020) é importante que a escola crie espaços seguros para que os estudantes LGBTQIA+ possam se expressar e se sentir valorizados. Isso pode ser feito por meio da criação de grupos de apoio, da implementação de políticas de combate ao bullying e da promoção de eventos e programas que disseminem o respeito e a diversidade.

No quinto e último desafio, para (Caetano2016), atuação contra a discriminação e o preconceito: a escola deve combater de forma ativa qualquer tipo de discriminação ou preconceito relacionado à orientação sexual ou identidade de gênero. Isso inclui monitorar e intervir em casos de bullying ou discriminação baseada nessas questões.

É importante ressaltar que essas sugestões podem variar de acordo com a cultura, a legislação e as necessidades específicas de cada comunidade escolar. A participação e

colaboração dos estudantes, pais e funcionários também são fundamentais para o sucesso na implementação da pedagogia queer.

Tecendo algumas (in)conclusões

Podemos afirmar que a decolonialidade é uma abordagem educacional fundamental para superar as estruturas de poder e o pensamento euronortecêntrico que permeiam nossas práticas educacionais. Ao reconhecer a necessidade de descolonizar o currículo, os espaços de conhecimento e as relações de poder dentro da educação, podemos começar a alcançar uma educação mais justa e inclusiva.

A decolonialidade nos convida a questionar e desafiar as verdades e narrativas hegemônicas que foram impostas sobre nós ao longo da história. Ela exige uma reflexão crítica sobre o conhecimento que consumimos e produzimos, reconhecendo que nem todo conhecimento tem origem única e que existem múltiplas perspectivas e formas válidas de conhecimento. E, quando pensamos em formas múltiplas de conhecimento, não podemos deixar de incluir os conhecimentos produzidos fora do eixo Norte global, oriundos do Sul global, das diversas culturas de povos que foram secularmente excluídos do processo de produção, a exemplos dos povos africanos e afro-brasileiros, dos povos originários, das diversas populações LGBTQIAPN+, e tantos outros.

Ao mover a educação para além dos limites das estruturas coloniais, podemos criar um espaço para a diversidade epistêmica e cultural que existe no mundo. Isso significa permitir que diferentes formas de conhecimento, histórias e tradições sejam valorizadas e compartilhadas igualmente, sem privilégio de uma sobre as outras.

Além disso, a decolonialidade também nos chama a repensar as práticas pedagógicas dominantes que são baseadas em hierarquias e desigualdades. Ela nos desafia a desenvolver abordagens educacionais que sejam participativas, colaborativas e sensíveis ao contexto local, permitindo que todos os estudantes sejam protagonistas ativos em seu próprio processo de aprendizagem.

É importante ressaltar que a decolonialidade não é um fim em si mesma, mas sim um processo contínuo de desaprendizagem e aprendizagem. Requer um compromisso constante de repensar e reconstruir nossas práticas educacionais, levando em consideração as experiências e perspectivas de todos os envolvidos no processo educacional.

Em suma, a decolonialidade é uma abordagem fundamental para promover uma educação mais inclusiva, justa e plural. Ao abraçar essa perspectiva, podemos trabalhar pela

transformação das estruturas de poder e das narrativas dominantes que perpetuam desigualdades e opressões. Somente através da decolonização da educação podemos construir um futuro mais igualitário, onde todos tenham acesso ao conhecimento e à possibilidade de desenvolver todo o seu potencial.

O pensar decolonial contribui para uma pedagogia queer, que emerge como um campo de estudo e prática educacional que desafia as normas e expectativas heteronormativas presentes na sociedade e na educação. Ela busca criar espaços inclusivos e acolhedores para pessoas de todas as orientações sexuais e identidades de gênero, reconhecendo a importância da diversidade e do respeito às diferenças, desconstruindo estereótipos e preconceitos, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à autenticidade de cada indivíduo. Ela propõe a inclusão de conteúdos e abordagens que reflitam a diversidade sexual e de gênero na educação, de forma a empoderar os alunos e incentivá-los a se expressarem livremente.

No entanto, a implementação da pedagogia queer ainda enfrenta desafios e resistência por parte da sociedade e de alguns setores da educação. Muitos argumentam que a educação não deve ser um espaço para discutir questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero, ou que falar sobre esses assuntos é influenciar negativamente as crianças.

No entanto, é fundamental compreender que a pedagogia queer busca promover a justiça social e a inclusão, construindo uma educação mais igualitária e emancipadora. Ela desafia o *status quo* e capacita os alunos a pensarem criticamente sobre as normas sociais e as estruturas de poder que moldam suas vidas.

Portanto, é essencial que educadores, pesquisadores e defensores da pedagogia queer continuem a promover sua implementação, buscando formas de superar os obstáculos e ampliando o debate sobre uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade humana. A transformação da educação é um processo contínuo, e a pedagogia queer, conjuntamente com a prática decolonial, desempenha um papel fundamental nessa jornada rumo a uma sociedade mais igualitária e justa.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm Acesso em

22 janeiro de 2024.» http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112796.htm

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

CAETANO, Marcio. **Performatividades reguladas**: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação. 1ª ed. – Curitiba-PR: Appris, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3 Curitiba: Editora Positivo, 2004, 2120 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, UFSCar, ano 9, p. 541-553, 2001.

MATOGROSSO, Ney. Ney Matogrosso – **Vira-lata de raça**. Pesquisa, interlocução e organização: Ramon Nunes Mello. São Paulo: Tordesilhas, 2018.

MEIRA, Celio Silva, AMORIM, Celeste Dias. (2020). A teoria queer e a sala de aula: aprendendo com o diferente. In CHICAVA, Augusto Kessai Agostinho; SCHUTZ, Jenerton Arlan. **Educação e pesquisa**: dialogando com a pluralidade. São Paulo: Pedro & João Editores, 2020. 404p.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2ª ed.rev. e ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP, 2016. – (Série Cadernos da Diversidade; 6).

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. 1ª edição/ Salvador, Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 1ª ed. Curitiba- PR: Editora Prismas, 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005. pp. 117-142.

RAMIRES, Luiz. Homofobia na escola: o olhar de um educador social do movimento LGBT. In BOKANY, Vilma; VENTURI, Gustavo. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SEFFNER, Fernando. Identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade social: pensando algumas situações brasileiras. In BOKANY, Vilma; VENTURI, Gustavo. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

THÜRLER, Djalma. **Sexualidade e políticas de subjetivação no campo das artes / -** Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. 55 p.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial. Entrejando caminos. In: WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales**: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir, y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. 553 p.

Autor 01:



Celio Silva Meira: Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal). Pesquisador-Colaborador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais -NuQueer, da UFRPE. Estuda as temáticas: Religiões afro-brasileiras, Território e Territorialidade, Gêneros, Sexualidades, Teoria queer e Educação decolonial.
Email: celiomeira2014@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9257652422525310>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2000-7587>